



Caderno de Provas

CPJUS 04 – NS

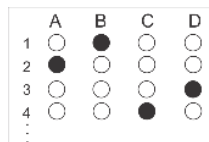
ASSISTENTE SOCIAL EDUCACIONAL

**Editais Nº. 001/2023 –
Prefeitura Municipal de Junco do Seridó/PB**

Data: ____/____/____

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica azul ou preta.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher a **Folha de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue a **Folha de Respostas** e o **Caderno de Provas** ao fiscal.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 05 (cinco) questões de Lógica e 15 (quinze) questões de Conhecimentos específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento da **Folha de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa	10 questões	30 pontos
Lógica	5 questões	10 pontos
Conhecimentos específicos	15 questões	60 pontos
PONTUAÇÃO TOTAL		100 pontos

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÍNGUA PORTUGUESA SUPERIOR

As questões de 01 a 06 referem-se ao texto abaixo.

TEXTO 01

“Eles não são mais índios...”

A possibilidade de uma vida indígena foi cada vez mais dificultada, dado o avanço da 'civilização' sobre suas terras

Por Maria Luiza Santos Soares,
jornalista e mestre em comunicação.

“Eles não são mais índios... eles perderam a sua cultura”. Esta frase recorrente no seio da sociedade brasileira faz parte de uma herança, cuja origem remonta à descoberta do Novo Mundo pelos navegadores portugueses e espanhóis. Desde então, a ideia acerca dos povos indígenas vem sendo construída através de um olhar nostálgico, reservando-lhes um lugar que não cabe no espaço contemporâneo. Este estranhamento, no entanto, foi construído historicamente, desde os primeiros relatos dos colonizadores, passando pelos escritos iluministas de Rousseau, Rotherdan e Morus, pela literatura romântica brasileira do século XIX, aos dias de hoje.

Por isso ainda é comum a ironia diante de um indígena utilizando um automóvel do ano, um celular, ou um computador. Esta visão também bebeu na fonte de textos bíblicos, como se os povos ameríndios fossem os verdadeiros habitantes do Éden, mantendo fora da história tudo que estivesse relacionado com eles. Não é por nada que demarcação das terras indígenas atija setores da elite com o mesmo discurso “muita terra para pouco índio”.

“Que índio é este, vestido com roupas de branco?” É o que dizem muitas pessoas ao encontrarem famílias Kaingang e Guarani vendendo seu artesanato no Brique da Redenção aos domingos em Porto Alegre. De todos os absurdos que podem ser atribuídos a eles, este certamente é o mais cruel. Não são mais índios por quê? Por que perderam sua cultura? Por que não passeiam em trajes típicos neste paraíso tão almejado pelos conquistadores lá nos mil e quinhentos?

E o que significa ser indígena? Ao consideramos que, originariamente, os povos que aqui se desenvolveram estavam intimamente ligados ao meio ambiente, a crueldade aumenta ainda mais. No Rio Grande do Sul, cada etnia vivia em um determinado ecossistema. Enquanto alguns grupos habitavam os campos, Charruas e os Minuanos, os Guarani viviam na Mata Atlântica e os Kaingang, no Planalto Meridional – cada qual dispo de recursos naturais à sua volta. Mais de que um bioma em si, não se tratava apenas de uma questão de sustentabilidade material. Existia uma raiz cultural na relação com o espaço que ocupavam. Eles desconheciam a terra como propriedade privada. Seu valor não era o do mercado. Para os povos originários, a terra tem um caráter místico e cosmológico, por isso nenhum lugar é igual a outro. Pela mesma razão, estão reunidos hoje em Brasília no Acampamento Terra Livre. Querem suas terras ancestrais e o direito de continuarem sendo indígenas, preconizado pela Constituição brasileira – Aliás, direito ainda hoje questionado pelas elites conservadoras e seu governo despótico, interessados no que há acima e abaixo das terras indígenas.

A dita “perda da cultura”, portanto, está ligada à invasão de suas terras. Como realizar todos os rituais das diferentes etnias sem os elementos da natureza que deram origem às suas crenças e costumes? Por isso fica difícil entender por que, no Rio Grande do Sul, estado onde prevalecem culturas estrangeiras preservadas até hoje, não se respeita a cultura originária. Talvez, no fundo, seja mesmo uma profunda dificuldade de uns se colocarem no lugar de outros.

O antropólogo Claude Lévi-Strauss revelou às Nações Unidas, por meio de um discurso proferido em 1959, que “a diversidade deve ser salva”, sugerindo que não se pode mais enxergar o indígena com os olhos dos conquistadores. Ao valorizar somente seu passado, repete-se o mesmo equívoco: o de estacionar nosso imaginário naquele tempo passado, fixado na ideia de preservação de uma cultura, como se ela fosse inexorável. Tudo muda e tudo flui, como bem nos ensinou Heráclito.

Darcy Ribeiro em “O índio e a civilização” (1970) mostrou que a interação dos indígenas com a sociedade brasileira os levou de uma condição de índios-tribais à de índios genéricos. Portanto, não é por nada que o preconceito persiste – há 308 etnias no Brasil atual, sendo que, no Rio Grande do Sul, além dos Guarani e dos Kaingang, ainda estão os remanescentes dos Xoklen e dos Charrua. Segundo ele, o avanço sobre os territórios indígenas era quase impossível frente à discriminação racial e os interesses que estavam em jogo: culturas indígenas diante do desenvolvimento econômico do país.

A possibilidade de uma vida indígena foi cada vez mais dificultada, dado o avanço da “civilização” sobre suas terras. Foi por ela que os povos indígenas foram usurpados de seu modo de vida tradicional. Foi por ela que tiveram sua população reduzida por várias décadas, e foi por ela que jamais deixaram de lutar. No entanto, o “eles não são mais índios” persiste no imaginário.

Sedimentada numa gama de saberes que se reproduziram na ação daqueles encarregados de reger as normas para a colônia, as populações indígenas enfrentaram desde então as diferentes ações de linhagem imperialista: desde as feitorias, passando pelas missões religiosas, aldeamentos, até a tutela, que só deixou de existir, pelo menos na forma da lei, com a Constituição de 1988.

Em 1680, a coroa Portuguesa concede às missões religiosas, principalmente aos jesuítas, a administração dos indígenas, através do Regimento das Missões, onde estava explícito que transformar os índios em cristãos era o mesmo que torná-los vassallos do Rei de Portugal. Embora não constasse no Regimento, o extermínio de grandes populações indígenas foi enorme, bem como sua escravização. Os aldeamentos iniciaram-se com as missões jesuíticas, através da transferência de etnias inteiras sob o pretexto de novas almas para a Igreja.

Em 1755, o Diretório Pombalino, muitas vezes ainda saudado por promover a liberdade dos índios, deu aos povos indígenas o direito de escolherem a quem serviriam. Pombal na verdade estava preocupado com o avanço do poder dos jesuítas sobre as populações nativas, e pretendia ocupar o território. Assim, as aldeias transformaram-se em vilas. Os indígenas não seriam mais convertidos à religião, mas à civilização, à cultura e ao comércio dos brancos.

O Diretório Pombalino previa a miscigenação, através do casamento de homens brancos com mulheres indígenas, proibindo a língua geral nas escolas indígenas e incentivava o trabalho e o comércio entre eles. Desta forma, inaugurava-se a retórica da civilização, que vai perdurar até início do século XIX. O termo civilizado vem servindo de desculpa para suas mais perversas ações contra os povos indígenas, e acabou virando sinônimo, inclusive para os indígenas, de homem branco.

Os tempos que sucedem o fim da II Guerra Mundial vão refletir nas ciências sociais buscando respostas contra as atrocidades. Novos horizontes iluminaram a Antropologia Social. Neste contexto, trabalhos dos etnólogos ligados ao Serviço de Proteção ao Índio passarão a ser orientados por estes ares, que em termos mundiais, são determinados pela Convenção 169 da Organização Mundial do Trabalho, da ONU, em 1948. Ela vai pregar a autodeterminação dos povos indígenas, ao decretar que as terras ocupadas por eles devem suprir-lhes o sustento de acordo com sua cultura, formando, ainda que de forma embrionária, uma resistência à fúria desenvolvimentista que invadia as terras novas do Brasil.

As práticas do Serviço de Proteção ao Índio, e mais tarde da Funai que viria a substituí-lo em 1967, porém, não acompanhariam oficialmente a emancipação das comunidades indígenas, tutelando-as legalmente, até a Constituição de 88. Além disso, o Estado brasileiro teve muita dificuldade de implementar políticas públicas fundadas na riqueza cultural destes povos, para se contrapor à ideia desenvolvimentista que não acolhe a diversidade. E o mais cruel ainda é perceber que muitas vezes os setores que negam a indianidade de nossos povos originários são os mesmo que querem plantar soja ou minerar em suas terras.

Então, cara pálida, quem não é mais índio?

Adaptado de <https://www.brasildefatores.com.br/2022/04/18/artigo-eles-nao-sao-mais-indios>
Acesso em: 01 abr. 2023.

01. O uso das aspas no título do texto indica:

- A) A presença de uma citação direta que revela o pensamento da autora sobre os povos originários.
- B) A presença de uma citação direta, isentando a autora da responsabilidade sobre essa forma de referência aos povos originários
- C) A presença de uma citação indireta, isentando a autora da responsabilidade sobre essa forma de referência aos povos originários.
- D) A presença de uma ilha textual, isentando a autora da responsabilidade sobre essa forma de referência aos povos originários.

02. No jargão jornalístico, o olho é uma frase destacada geralmente pelo editor-chefe, que aparece sob o título ou no conjunto da página. É correto afirmar sobre o trecho:

A possibilidade de uma vida indígena foi cada vez mais dificultada, dado o avanço da 'civilização' sobre suas terras

- A) O olho coloca em destaque a ideia central do texto.
- B) O olho coloca em destaque o argumento mais forte do texto.
- C) O olho dá relevância à opinião dos próprios indígenas sobre questões identitárias.
- D) O olho dá relevância às opiniões de terceiros, refletindo o imaginário coletivo sobre o indígena.

03. Quanto à **intenção comunicativa**, o Texto 01 visa

- A) apresentar as dificuldades da vida indígena, face ao avanço da civilização sobre as suas terras.
- B) mostrar o protagonismo e os avanços indígenas desde a chegada dos colonizadores.
- C) discutir a demarcação de terra no Brasil com todos os setores econômicos envolvidos
- D) expor diferentes pontos de vista de autores sobre a cultura indígena, isentando a opinião da autora.

04. O gênero textual e a sequência textual dominante estão corretamente especificados na alternativa:

- A) Artigo com predominância da sequência expositiva.
- B) Artigo de opinião com predominância da sequência argumentativa.
- C) Crônica com predominância da sequência narrativa.
- D) Crônica com predominância da sequência argumentativa.

05. A respeito da oração subordinada destacada no 6º parágrafo do texto

O antropólogo Claude Lévi-Strauss revelou às Nações Unidas, por meio de um discurso proferido em 1959, **que “a diversidade deve ser salva”**, sugerindo que não se pode mais enxergar o indígena com os olhos dos conquistadores.

- A) o conectivo QUE introduz uma oração subordinada adjetiva explicativa.
- B) o conectivo QUE introduz uma oração subordinada substantiva apositiva.
- C) o conectivo QUE introduz uma oração subordinada substantiva objetiva direta.
- D) o conectivo QUE introduz uma oração subordinada substantiva objetiva indireta.

06. O trecho “No entanto, o [Ø] ‘eles não são mais índios’” (8º parágrafo) contém a elipse de uma palavra especificada na alternativa:

- A) Avanço.
- B) Indígena.
- C) Imaginário.
- D) Pensamento.

As questões 07 e 08 referem-se à charge abaixo.

TEXTO 02



Disponível em: <http://gilmaronline.blogspot.com/2018/04/charge-indigenas.html>
Acesso em 01. abr. 2023.

07. O uso do ponto final na primeira frase

- A) encerra uma afirmação não confirmada pela História.
- B) encerra uma declaração sobre o processo de mestiçagem na formação do Brasil.
- C) encerra uma declaração que põe em dúvida o processo de mestiçagem no Brasil.
- D) encerra com uma pausa breve para, em seguida, encadear um esclarecimento com elementos da enumeração.

08. Criada para ilustrar críticas relacionadas às notícias veiculadas em cada edição do jornal, a charge é um gênero textual que exige dos leitores conhecimento de mundo, por estar ligada ao contexto. Além disso, também requer conhecimento linguístico, para que sejam acessadas as informações implícitas.

Quanto à mensagem implícita na charge, é coerente afirmar que

- A) não há marcas de pressuposto na charge.
- B) o uso de pressupostos na segunda frase revela um problema econômico evidente no Brasil.
- C) na segunda frase, o trabalho com subentendido detalha objetivamente os três grupos da população brasileira envolvidos com a causa indígena.
- D) a generalização na primeira frase é desfeita, quando o personagem revela uma parcela da população que sofre violência direta, enquanto as demais não se percebem descendentes indígenas.

As questões 9 e 10 referem-se ao texto abaixo.

TEXTO 03

Quem é Hipólita Jacinta, a primeira mulher a fazer parte do Panteão da Inconfidência em Ouro Preto?

Por Christiano Borges,
jornalista do G1.

Hoje, cerca de 230 anos depois da Inconfidência Mineira, Hipólita Jacinta Teixeira de Melo terá finalmente o reconhecimento merecido e negligenciado por livros, registros e documentos - não despropositadamente - que ignoraram a decisiva participação da destemida fazendeira mineira no movimento que queria libertar Minas Gerais da Coroa Portuguesa.

Segundo aponta a historiadora Heloísa Starling, **naquela época**, "Hipólita foi personagem de grande importância na Conjuração Mineira, ao colaborar para a comunicação entre os inconfidentes, além de financiar algumas das ações do movimento, já ela que detinha grande riqueza, e disponibilizar sua residência, a Fazenda Ponta do Morro, para encontros e reuniões dos mesmos".

Hipólita será a primeira mulher a ter uma lápide no Panteão do Inconfidentes, em Ouro Preto, na Região Central de Minas Gerais. Uma cerimônia de homenagem acontece **neste sábado** (29) no Museu da Inconfidência. O papel desempenhado por Hipólita na Conjuração Mineira, outro nome do movimento, também será debatido.

Adaptado de: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2023/04/29/quem-e-hipolita-jacinta-a-primeira-mulher-a-fazer-parte-do-panteao-da-inconfidencia-em-ouro-preto.ghtml>
Acesso em: 29 abr. 2023.

09. Pensando sobre a temática abordada, a opção que contém uma afirmação correta sobre o texto é:

- A) O vocábulo **cerimônia** é um hiperônimo de **museu**.
- B) O uso do vocábulo **ela** (Linha 3 do segundo parágrafo) evidencia um caso de catáfora.
- C) Os substantivos **livros**, **registros** e **documentos** evidenciam o emprego de repetição lexical.
- D) As expressões **Inconfidência Mineira** e **Conjuração Mineira** são exemplos de emprego de sinonímia, já que mantêm equivalência de significado, dentro de um mesmo campo lexical.

10. Os termos destacados em negrito colaboram para o encadeamento das ideias, através de elementos coesivos. Marque a opção de resposta que contém a nomeação correta para o tipo utilizado no texto:

- A) Campo lexical.
- B) Sequenciadores de tempo.
- C) Sequenciadores de espaço.
- D) Ordenadores das informações textuais.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÓGICA

11. Se verde é azul, então, azul é vermelho. Se azul é vermelho, então, cinza é preto. Se cinza é preto, então, branco é azul. Ora azul não é branco, logo,

- A) cinza é preto e azul não é vermelho.
- B) azul é vermelho e verde é azul.
- C) cinza não é preto e verde não é azul.
- D) azul não é vermelho e verde é azul.

12. Considere as premissas a seguir:

- I. Nenhum veículo é veloz.
- II. Algumas motos são velozes.

A partir dessas premissas, conclui-se que

- A) algumas motos são veículos.
- B) todos os veículos são motos.
- C) nenhum veículo é moto.
- D) nenhuma moto é veículo.

13. A sequência abaixo relaciona letras e números, considerando um princípio lógico.

J	U	N	C	O
20	10,5	28	1,5	?

Seguindo o raciocínio dado, a soma dos números associados às letras da palavra JUNCO é igual a

- A) 121,5.
- B) 75.
- C) 126,5.
- D) 90.

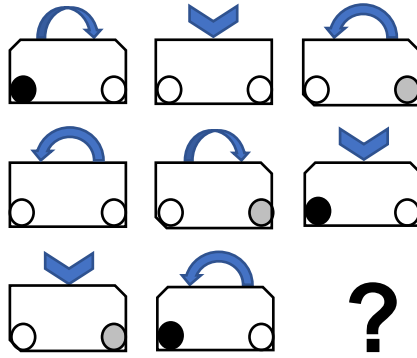
14. Considere as proposições abaixo.

- I. $(A \wedge B) \wedge \sim(A \vee B)$
- II. $(A \vee B) \rightarrow (A \wedge B)$
- III. $\sim A \wedge (A \wedge \sim B)$
- IV. $A \vee (B \wedge \sim B) \leftrightarrow A$

Nesta ordem, essas proposições são, respectivamente:

- A) contradição, tautologia, contingência, contingência.
- B) contradição, contingência, contradição, tautologia.
- C) contingência, contingência, tautologia, contradição.
- D) contingência, contradição, contradição, tautologia.

15. Observe abaixo a sequência que se organiza em nove figuras.



De acordo com a lógica aplicada na organização das figuras, a interrogação deve ser substituída por:

- A)
- B)
- C)
- D)

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – ASSISTENTE SOCIAL EDUCACIONAL

16. A postura do(a) assistente social, coerente com os princípios profissionais estabelecidos pelas legislações que regem/ norteiam a profissão de assistente social, em relação a sua participação em equipe multiprofissional, deve ter a seguinte característica:
- A) disponibilidade para, sempre que possível, integrar equipes multiprofissionais, como também incentivo e estímulo ao trabalho interdisciplinar.
 - B) disponibilidade para participar, se houver tempo de sobra para além das demandas dos atendimentos individuais do(a) assistente social.
 - C) resistência à participação, pois as demandas para o atendimento específico do Serviço Social devem ser prioridade.
 - D) participar com cautela, pois o trabalho multiprofissional prejudica a identidade profissional.
17. Conforme documento do CFESS – Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de Educação -, o trabalho do Serviço Social, na Educação, abrange quatro dimensões. São elas:
- A) democratização do acesso, universalidade, gestão democrática e assistência estudantil.
 - B) democratização do acesso, qualidade dos serviços, gestão democrática e assistência estudantil.
 - C) qualidade dos serviços, desempenho escolar, orçamento e trabalho em equipe.
 - D) universalidade, qualidade dos serviços, permanência escolar e orçamento.
18. O Serviço Social atua com as limitações institucionais específicas de sua área de trabalho. Para tentar fazer com que esses limites não provoquem o não atendimento das demandas da população, o que pode e deve ser feito pelo(a) assistente social é
- A) convencer as pessoas que buscam um atendimento de uma demanda não específica da política na qual atua a se conformarem com o não atendimento.
 - B) criar alguma forma de resposta às demandas não específicas da política na qual atua, ainda que de uma forma imediatista e pessoal.
 - C) lutar para que as demandas que não são específicas da política na qual atua sejam também atendidas.
 - D) orientar e encaminhar demandas para as outras políticas, ou seja, para a rede de serviços socioassistenciais.
19. Conforme regulamenta a Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social – NOB/SUAS – Resolução CNAS nº 33/2012 -, os princípios organizativos do Sistema Único da Assistência Social são:
- A) descentralização político-administrativa, financiamento partilhado e territorialização.
 - B) dimensão proativa e reafirmação da assistência social como política de seguridade social.
 - C) informação, referência, escuta profissional qualificada e condição de recepção.
 - D) universalidade, gratuidade, integralidade da proteção social, intersetorialidade e equidade.

20. A Lei nº 14.423, de 2022, trouxe modificações/ atualizações para a Lei 10.741, de 2003, que se denominava de Estatuto do Idoso. Entre essas mudanças podemos citar a
- A) criação do direito ao Benefício de Prestação Continuada.
 - B) instituição da prioridade das pessoas idosas com mais de 75 anos.
 - C) priorização da convivência nas instituições de longa permanência – ILPS em detrimento da família.
 - D) substituição do termo IDOSO pelo termo PESSOA IDOSA.
21. O reconhecimento da educação pública como um direito social e a ampliação da luta pela conquista desse direito devem ser as perspectivas de atuação do Serviço Social na Educação. É importante esse entendimento, pois, muitas vezes, o Serviço Social e sua atuação nessa política são vinculados a apenas uma de suas dimensões. Essa dimensão é
- A) a gestão democrática da escola.
 - B) a implementação da assistência estudantil.
 - C) o acompanhamento da frequência escolar para evitar a evasão e a repetência.
 - D) o planejamento e a elaboração de projetos.
22. O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 4º, reza que: “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. Como exemplo dessa prioridade a que a criança e o(a) adolescente têm direito, pode-se citar
- A) a equidade na formulação e na execução das políticas sociais públicas.
 - B) a preferência nas vagas no mercado de trabalho.
 - C) a primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
 - D) o ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador.
23. No que se refere ao direito à Educação, o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu Art. 53, estabelece que a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, ao preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Entre esses direitos está assegurado
- A) contestar critérios avaliativos.
 - B) participar da vida familiar e comunitária.
 - C) prioridade no atendimento à saúde.
 - D) proteção de uma família.
24. De acordo com a lei de regulamentação da profissão de Serviço Social (Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993), em seu Art. 9º, o fórum máximo de deliberação de questões da profissão se dá nos(as)
- A) assembleias gerais da profissão.
 - B) congressos brasileiros de Serviço Social - CBAS.
 - C) reuniões conjuntas dos Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social - CFESS/CRESS.
 - D) reuniões conjuntas do Conselho Federal - CFESS e no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - ENPESS.

25. Documento que estabelece os direitos, deveres e responsabilidades da (do) assistente social, regulamenta aspectos sobre as relações com os usuários, com as instituições empregadoras, com os outros(as) profissionais e com as outras entidades, organizações da sociedade civil e com a justiça. Esse documento é o(a)
- A) Lei nº 8.662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social).
 - B) Lei nº 8.742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social).
 - C) Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993 (Código de Ética Profissional do/a assistente social).
 - D) Resolução CFESS nº 493, de 21 de agosto de 2006 (Condições éticas e técnicas do exercício profissional).
26. Em cumprimento ao disposto no Artigo 26 da Lei nº 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), os casos de violência contra a pessoa idosa (suspeita ou confirmação) deverão ser notificados
- A) compulsoriamente, pelos serviços de saúde públicos e privados, ao Ministério Público e aos Conselhos dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
 - B) compulsoriamente, pelos serviços de saúde públicos e privados, à autoridade policial e ao Ministério Público, além dos Conselhos dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
 - C) voluntariamente, pelos serviços de saúde públicos e privados, ao Ministério Público e aos Conselhos dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
 - D) voluntariamente, pelos serviços de saúde públicos e privados, à autoridade policial e ao Ministério Público, além dos Conselhos dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
27. A pessoa com deficiência tem assegurado na legislação o direito à educação, um dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade. Esse direito deve ser assegurado de forma que a pessoa com deficiência tenha acesso à uma educação de qualidade e livre de toda forma de violência, negligência e discriminação. Para isso a lei prevê um sistema educacional
- A) especial, nos níveis básicos, voltado especificamente para esse público e de acordo com as habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.
 - B) especial, em todos os níveis, voltado especificamente para esse público, mas com e de acordo com as habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.
 - C) inclusivo, nos níveis básicos, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.
 - D) inclusivo, em todos os níveis de aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais.
28. Havendo condições inadequadas no local de trabalho do(a) assistente social, o primeiro procedimento a ser adotado pelo assistente social deve ser
- A) informar ao CRESS do âmbito de sua jurisdição, por escrito, para intervir na situação.
 - B) informar, por escrito, à entidade, instituição ou órgão que trabalha ou presta serviços, sugerindo alternativas para melhoria dos serviços prestados.
 - C) parar o atendimento ao público até que as condições adequadas do local de trabalho sejam atendidas.
 - D) reunir o público usuário dos serviços para que eles reivindiquem um melhor local para serem atendidos pelo(a) assistente social.

29. A Lei Orgânica da Assistência Social - Lei nº 8.742/93 (com as alterações pela Lei nº 12.435, de 2011), em seu artigo 5º, trata sobre a organização da assistência social, colocando como base as seguintes diretrizes:

- A) cofinanciamento, por meio de transferência automática, do aprimoramento da gestão, dos serviços, dos programas e dos projetos de assistência social em âmbito nacional; atendimento, em conjunto com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, das ações assistenciais de caráter de emergência; realização do monitoramento e da avaliação da política de assistência social e assessoramento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para seu desenvolvimento.
- B) consolidação da gestão compartilhada, do cofinanciamento e da cooperação técnica entre os entes federativos que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva; integração da rede pública e privada de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social; estabelecimento das responsabilidades dos entes federativos na organização, na regulação, na manutenção e na expansão das ações de assistência social.
- C) descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo; participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; e, primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.
- D) promoção da integração ao mercado de trabalho; habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e promoção de sua integração à vida comunitária; e garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

30. De acordo com análises contidas nos Parâmetros para a atuação de assistentes sociais na Política de Assistência Social, documento elaborado pelo Conselho Federal de Serviço Social, a intervenção profissional, no âmbito dos Centros de Referências de Assistência Social - CRAS, precisa enfrentar e superar duas grandes tendências. O documento alerta que essas duas tendências levam ao risco de transformar o/a assistente social em um/a mero/a fiscalizador/a das ações realizadas pelas Organizações Não Governamentais - ONGs e esvaziam sua potencialidade de formulador/a e gestor/a público/a da política de assistência social. Essas tendências a que o documento se refere são

- A) a restrição da atuação profissional aos atendimentos emergenciais a indivíduos, grupos ou famílias, e a transformação do poder público em mero repassador de recursos a organizações não governamentais.
- B) o estímulo à participação dos indivíduos, grupos e famílias na gestão dos serviços, e a transformação do poder público em mero repassador de recursos a organizações não governamentais.
- C) o incentivo à produtividade e aos aspectos quantitativos, e o privilegiamento dos atendimentos coletivos em detrimento dos atendimentos individuais.
- D) o privilegiamento dos atendimentos individuais em detrimento da atuação coletiva, e a crescente participação nos espaços de discussão e de formulação da política de assistência social.